



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 115 SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2004. EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS
76.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	REQUERIMENTO	05
ORDEM DO DIA	04	PARECERES	07
PAUTA	04	RESENHA DE REUNIÃO	08
ATA	04	OFÍCIOS	08

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
Presidente

- 1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)
2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)
3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)
4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

- 1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar (PFL)
2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.
3. Deputado Camilo Figueiredo - licenc.
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
5. Deputado César Pires (PFL)
6. Deputado Francisco Gomes (PFL)
7. Deputado Geovane Castro (PFL)
8. Deputado João Evangelista (PFL)
9. Deputado Joaquim Haickel (PSB)
10. Deputado Manoel Ceará (PL)

11. Deputada Maura Jorge (PFL)
12. Deputado Max Barros (PFL)
13. Deputado Pedro Veloso (PSDC)
14. Deputado Reginaldo Nunes (PL)
15. Deputado Pavão Filho (PRONA)
16. Deputado Rigo Teles (PFL)
17. Deputado Rubens Pereira (PFL)
18. Deputada Telma Pinheiro (PFL)
19. Deputada Teresa Murad (PSB)
20. Deputado Wilson Carvalho (PFL)

Líder

Deputado Rubens Pereira (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar (PFL)

Deputado Rigo Teles (PFL)

Deputada Maura Jorge (PFL)

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago (PSDB)
2. Deputado Alberto Franco (PSDB)
3. Deputado Antonio Pereira (PPS)
4. Deputado Carlos Braide (PMDB)
5. Deputado Carlos Filho (PV)
6. Deputada Cristina Archer (PSDB)
7. Deputado Deusdedith Sampaio (PMDB)
8. Deputado Elígio Almeida (PP)

9. Deputado Hélio Soares (PP)
10. Deputado Humberto Coutinho (PTB)
11. Deputada Janice Braide (PTB)
12. Deputado José Lima (PV)
13. Deputado Manoel Ribeiro (PTB)
14. Deputado Paulo Neto (PSC)
15. Deputada Socorro Waquim (PMDB)
16. Deputado Soliney Silva (PP)
17. Deputado Stênio Resende (PMDB)

Líder

Deputado Soliney Silva (PP)

Vice-Líderes

Deputado Stênio Rezende (PMDB)

Deputada Cristina Archer (PSDB)

Deputada Socorro Waquim (PMDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra (PT)
2. Deputada Graça Paz (PDT)
3. Deputada Helena Barros Heluy (PT)
4. Deputado Julião Amin (PDT)

5. Deputado Luiz Pedro (PDT)
6. Deputado Mauro Bezerra (PDT)
7. Deputado Rubem Brito (PDT)

Líder

Deputado Luiz Pedro (PDT)

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra (PT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide (PMDB)

Deputado Soliney Silva (PP)

Deputado Pavão Filho (PRONA)

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Barros Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luis Pedro (BPO)	Julião Amin (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luis Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Paulo Neto (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Fortunato Macedo (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Elígio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Fortunato Macedo (BPO)

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.Titulares

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Rigo Teles (BPD)
 Antonio Bacelar (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Antonio Pereira (BPP)
 Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.Titulares

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE
 Fortunato Macedo (BPO)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Carlos Braide (BPP)
 Teresa Murad (BPD)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
 Humberto Coutinho (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)
 Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Paulo Neto (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)

Suplentes

Janice Braide (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Elígio Almeida (BPP)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.Titulares

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Socorro Waquim (BPP)
 Carlos Filho (BPD)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Alberto Franco (BPP)
 Rigo Teles (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.Titulares

Deusdedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE
 José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Janice Braide (BPD)
 Carlos Filho (BPP)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Paulo Neto (BPD)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.Titulares

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Wilson Carvalho (BPD)
 João Evangelista (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Alberto Franco (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 João Evangelista (BPD)
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Carlos Filho (BPD)
 Manoel Ceará (BPP)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Fortunato Macedo (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.Titulares

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE
 Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Janice Braide (BPP)

Suplentes

Elígio Almeida (BPP)
 Stênio Resende (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 19/10/2004 - 3ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2004.-3ª FEIRA**MEDIDAS PROVISÓRIAS EM VOTAÇÃO****ÚNICO TURNO - Regime de Urgência (art. 42, § 7º Constituição Estadual)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 003/04, capeada pela Mensagem nº 065/04, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997. Esgotado o prazo concedido à Comissão Especial designada para a emissão de parecer, na forma do art. 6º, § 1º da Resolução Legislativa nº 450/04, foi esta proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que ofereceu parecer contrário. Relatora: Deputada Helena Barros Heluy. TRANSFERIDA DA SESSÃO ANTERIOR POR FALTA DE “QUORUM”

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 004/04, capeada pela Mensagem nº 068-A/04, que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão -ARSEP. - Esgotado o prazo concedido à Comissão Especial designada para o emissão de parecer, na forma do art. 6º, § 1º da Resolução Legislativa nº 450/04, foi esta proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que ofereceu parecer favorável. Relator: Deputado Carlos Braide. TRANSFERIDA DA SESSÃO ANTERIOR POR FALTA DE “QUORUM”

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 006/04, capeada pela Mensagem nº 070/04, que dá nova redação ao art. 54; ao caput e ao parágrafo único do art. 78 da Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão; altera a redação do art. 3º da Lei nº 7.885, de 23 de maio de 2003, e dá outras providências. Esgotado o prazo concedido à Comissão Especial designada para o emissão de parecer, na forma do art. 6º, § 1º da Resolução Legislativa nº 450/04, foi esta proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que ofereceu parecer contrário inclusive quanto as emendas 1, 2, 3 e 4. Relator: Deputado Mauro Bezerra.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR EM VOTAÇÃO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/04, capeado pelo Ofício nº 213/04 da Procuradoria Geral de Justiça, que extingue promotorias de justiça criadas pela lei Complementar nº 71/04, altera a redação do Capítulo IV, do Título II, da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991.- Oferecido

parecer favorável pelas Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e Administração, em conjunto. Relator: Sr. Deputado Carlos Braide.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/04, capeada Mensagem nº 04/04 do Tribunal de Justiça do Estado, que altera a redação do art. 77 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991. - Oferecido parecer favorável pelas Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e Administração, em conjunto. Relator: Sr. Deputado Carlos Braide.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO EM DISCUSSÃO ÚNICA VOTAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/04, oriundo do Parecer nº 05/04 da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização, que Aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado, dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, referente ao exercício de 2003. – Relator: Sr. Deputado Paulo Neto

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:**DATA: 19/10/2004 – 3º FEIRA:****ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:**

1. PROJETO DE LEI Nº 130/04, de autoria da Senhora Deputada Helena Barros Heluy, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Moradores de Ponta d'Areia “Unidos venceremos”, com sede e foro em Alcântara-MA.

2. PROJETO DE LEI Nº 131/04, de autoria da Senhora Deputada Helena Barros Heluy, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pedreiras, com sede e foro em Pedreiras-MA.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 18 de outubro de 2004.

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

Ata da Septuagésima Quinta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em dezoito de outubro do ano dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeira secretária deputado Graça Paz.
Segunda secretária deputado Cristina Archer

Às dezesseis horas presentes os deputados Aderson Lago, Antônio Carlos Bacelar, Carlos Alberto Milhomem, Cristina Archer, Deusdedith Sampaio, Domingos Dutra, Francisco Gomes, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Janice Braide, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Reginaldo Nunes, Rubens Pereira, Stênio Rezende, Teresa Murad e Wilson Carvalho.

Ausentes: Alberto Franco, Antônio Pereira, Carlos Braide, Carlos Filho, César Pires, Elgígio Almeida, Geovane Castro, Hélio Soares, Humberto Coutinho, José Lima, Manoel Ceará, Pavão Filho, Pedro Veloso, Rigo Teles, Rubem Brito, Socorro Waquim, Soliney Silva e Telma Pinheiro.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO CRISTINA ARCHER – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhora Primeira Secretária para proceder a leitura do Expediente.

A SENHORA PRIMEIRA SECRETÁRIA GRAÇA PAZ (lê o expediente)

REQUERIMENTO Nº 184/04

Sr. Presidente,

Requeiro a V. Exa., após manifestação da Mesa, seja registrado nos anais desta casa, abaixo-assinado produzido no SEMINÁRIO SOBRE O BIOMA CERRADO, realizado em Balsas -Ma, em apoio ao Projeto de Lei nº 057/04, de minha autoria que cria o Programa Maranhense de Incentivo à Cultivo, à Extração, à Comercialização, ao consumo e á transformação do pequi, bacuri e demais frutos e produtos nativos do cerrados.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 05 de outubro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)

Deferido pelo Presidente, em 18/10/04.

A SENHORA PRIMEIRA SECRETÁRIA GRAÇA PAZ - Expediente lido, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Expediente lido, à publicação.

II - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Não há oradores inscritos.

III - ORDEM DO DIA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Não há número para deliberar.

IV - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM Não há deputado inscrito. Tempo dos Partidos. Bloco Parlamentar de Oposição. Com a palavra o senhor Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, galeria e imprensa. Inicialmente, eu quero comunicar a esta Casa e a todos os presentes que na próxima quarta-feira às 15:00hs a comissão criada para fazer o levantamento da situação das rodovias federais e estaduais estará lendo, discutindo e se não tiver nenhum problema, será aprovado o relatório desta comissão. Na quinta-feira o Deputado Max Barros leu o relatório preliminar, que é um relatório bastante minucioso. Nós já encaminhamos para todos os deputados cópia do relatório, via disquete, para que examinem e façam sugestões, e eu pediria aqui a alguns deputados, inclusive à Deputada Helena, que fez uma sugestão para que a comissão fosse à Região do Médio Paraíba e como não houve tempo de ir, mas mesmo assim nós vamos colocar no relatório as sugestões que foram encaminhadas, de tal forma que sejam contempladas todas as regiões do Estado. Portanto senhor presidente, nós esperamos concluir na quarta-feira e na quinta-feira nós passaremos às mãos de V.Exa. este relatório. Um outro assunto senhor presidente, diz respeito à questão dos professores, eu tinha um assunto na frente, mas como os professores estão aqui, eles merecem respeito de serem informados e se o tempo der eu falarei do outro assunto. Nós hoje, eu e o deputado Aderson, tivemos mais uma reunião com o Sindicato dos Professores, o Secretário de Educação e o Secretário de Planejamento para discutir a situação dos professores da rede pública estadual. Nós nessa caminhada compreendemos que ocorreram alguns avanços, mas não foram suficientes para se chegar a um acordo, pelo menos entre nós que estamos acompanhando as negociações. O que houve de avanço e que é bom que fique registrado; quando o governo editou a Medida Provisória n.º 01, o governo ampliou a carga horária de 20 horas para 25 horas, na primeira audiência com o governador houve um acordo e na Medida Provisória n.º 06, a carga horária voltou para 20 horas. Na Medida Provisória n.º 01, o governo reduziu o incentivo dos professores que atingem 50 anos de idade, que pelo estatuto atual têm direito a 50% de redução na carga horária, o governo queria reduzir para 30%. Na primeira audiência com o governador e também por emenda que fizemos, o incentivo voltou aos 50%, quanto aos professores contratados que estavam com os salários atrasados desde fevereiro, pelo menos já se tem fonte de recurso para pagar os contratados. Esses recursos vêm do Governo Federal e é a emenda que fiz à Medida Provisória n.º 05 que destina 20% para pagar contratado. O quarto ponto de avanço é relativo ao concurso, houve um acerto de que o governo vai fazer concurso público para, pelo menos, duas mil e quinhentas vagas. O que estancou as negociações? As negociações estancaram em dois pontos: primeiro, o pagamento da dívida deste ano, a dívida, segundo o governo, é de cento e treze milhões de reais. O governo não queria pagar nenhum tostão. Nas negociações avançou-se no sentido do governo pagar 29% no ano que vem e ele propõe pagar o restante em 2006 e 2007. Não houve acordo, porque os professores não confiam de deixar nenhum débito para o próximo governo. E o segundo ponto, que é o mais complicado, é que o Governo do Estado quer mudar o artigo 54 do Estatuto, desvinculando o salário mínimo do vencimento do professor. Hoje nenhum professor do Estado pode ganhar menos do que o salário mínimo no vencimento e que sobre esse vencimento há uma gratificação que pode chegar até 130%. O governo não quer mais vincular salário mínimo ao vencimento do professor. Alega que é inconstitucional e não houve acordo quanto a este artigo. Na

Medida Provisória n.º 06, o governo está querendo revogar o artigo 54, nas negociações o governo avançou e está propondo suspender a eficácia do artigo 54 por 12 meses. E um outro ponto que também não há acordo, diz respeito ao artigo 55, artigo 56 e artigo 57 do Estatuto, que fala, que entre e um nível e outro tenha um aumento de 5%. O governo disse que do jeito que está o Estado não tem condições de pagar, porque gera uma bola de neve, toda vez que aumenta o salário mínimo há uma repercussão que o Estado não pode pagar. Não houve acordo na reunião de hoje e por nossa sugestão, que depois eu e Deputado Aderson e o Deputado Luiz Pedro, que não pôde estar, a Deputada Janice e o Deputado Alberto Franco, nós vamos nos reunir e a sugestão que eu dei ali senhor presidente, não é uma decisão da comissão porque creio que a comissão deva fazer um relatório e encaminhar a V. Exa. Mas, eu considero que não há mais nada a fazer no acompanhamento da comissão na greve dos professores, porque eu não concordo de suspender nem que seja por um mês, nenhum direito que seja garantido por lei. Não há como nós concordarmos. Por outro lado, informei ao Secretário que nós estamos lá em nome da Assembléia, mas esta comissão não suprime, a Bancada do PT tem eu e a Deputada Helena, e temos que conversar sobre qualquer assunto. Nós temos o Bloco de Oposição e somos oito, temos que discutir também. Pessoalmente acho que apesar dos avanços, não há mais sentido a discussão porque o governo diz que tem que mudar o estatuto e nós não concordamos, e a minha opinião é que o governo agora venha para a Assembléia fazer sua maioria. E também disse ao Secretário, estou registrando na tribuna desta Casa e se a imprensa quiser divulgar a liberdade é dela. É que o governador do Estado não tem ajudado, deputado João Evangelista, nas negociações. Citei dois fatos; fatos gerado pelo governo do Estado. O primeiro fato, foi a declaração do governador na quinta-feira logo após a Medida Provisória n.º 02 ter sido derrotada. O governador disse que não apoia a reeleição, que só apoia o Presidente Carlos Alberto Milhomem, se o presidente passar para o lado dele. Eu acho que isso não ajuda nas negociações, porque isso é uma intromissão, isso irrita aqueles que seguem o Deputado Milhomem. Portanto, eu acho que essa declaração do governador, eu estou sendo sincero, não ajuda. E há outra declaração que eu considero infeliz, foi dada no Jornal Pequeno de quinta-feira, ratificada no jornal O Debate de hoje, onde o governador diz: “eu não tenho nada contra o Senador Sarney, se aparecer em algum jornal que eu sou contra Sarney é intriga da Roseana, meu negócio, a minha briga é com a Roseana”. E o Jornal O Debate declarou isso ontem. Então, se a briga do Governador José Reinaldo, não é uma briga política, não de modelo, não é de alternativa, é uma briga pessoal. O que nós da oposição temos que estar fazendo tentando ajudar o governo? Portanto, eu acho que essas declarações do governador não ajudam. Não entendem o gesto que se faz e por conta disso, eu considere senhor presidente, que depois de mais de um mês de intensas conversas, horas e horas que eu participei, acompanhei em todos os momentos, fui mal entendido, inclusive, por alguns professores que não entenderam a Medida Provisória n.º 05 dos 20%. Portanto, eu acho que agora cabe ao governo, chamar a sua base, ter a maioria e tentar aprovar aquilo que eu considero, que para nós do PT é impossível, que é supressão de direitos que estão garantidos em lei há quase 10 anos.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY- Conceda-me um aparte deputado?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA- Concedo o aparte a V.Exa.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (aparte) - Eu quero apenas acrescentar algo mais ao pronunciamento de V.Exa. que, ao que a gente deduz, todos nós aqui deduzimos que a comissão encerra os seus trabalhos, não é isso?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA- Não é da comissão porque nós não reunimos ainda.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (aparte) - Meio minuto apenas se Vossa Excelência concordar.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA- Pois não.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (aparte) - E o que teríamos ainda que conversar. Da nossa parte, eu acho que o PT está unido em todos os momentos antes mesmo da comissão chegar a esta conclusão, o meu posicionamento era de apoio total e irrestrito à causa dos professores e contra as Medidas Provisórias do seu governador. É apenas para deixar bem claro que não há nada que nós tenhamos que discutir ou debater sobre a questão. Estou com V. Exa.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Agradeço o aparte e incorporo. Eu lhe diria Deputada Helena, que a comissão terminou o trabalho e nós vamos reunir. E eu disse hoje na reunião que as negociações devem continuar, porque os professores é uma categoria permanente. A educação é prioritária, portanto, o sindicato deve continuar negociando este e outros assuntos, não pode haver fechamento, a Assembléia deve ajudar sempre que possível. Agora, acho que nesse momento a comissão precisa se reunir, e no ponto que chegou, onde o governo considera que não pode manter esses artigos, porque as finanças do Estado não comportam. Para a Assembléia veio um orçamento que tem um déficit de 74 milhões. Eu não concordo em mudar o estatuto e o governo acha que não pode manter o estatuto do jeito que está, acho que a comissão terminou ali, embora a Assembléia continue negociando. Para encerrar senhor presidente, acho que o orçamento que está aqui, esta Casa deve fazer um grande debate para a gente saber se o Estado realmente está falido ou se tem recurso, e se esses recursos estão indo para o outro setor. Portanto senhor presidente, era um breve relato, agradeço aqui a tolerância e lamentavelmente fica aqui ratificado que esses posicionamentos do governador não ajudam nem a governabilidade e nem mesmo a bancada dele a sair desses impasses. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – BPD e BPP. Inclua-se na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de amanhã, dia 19 terça-feira, Projeto de Decreto Legislativo n.º 02/04.

V - EXPEDIENTE FINAL

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Não há orador inscrito. Declaro encerrada a presente sessão.

**COMISSÃO ESPECIAL
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 646/2004**

PARECER Nº 001/2004

RELATÓRIO:

A Medida Provisória nº 002 de 29 de julho de 2004, que modifica a redação do inciso II, parágrafo único, do artigo 1º, da lei nº 7.900 de 13 de junho de 2003, que dispõe sobre alteração dos vencimentos do Grupo Ocupacional Magistério Superior – MAS, foi rejeitada pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, na Sessão Ordinária de 13 de outubro do ano em curso, cabendo a esta Comissão Especial na forma do que estabelece o art. 10 da Resolução Legislativa nº 450/2004, elaborar Projeto de Decreto Legislativo disciplinando as relações jurídicas dela decorrentes.

A rejeição da Medida Provisória em epígrafe traduz-se, necessariamente, na recusa da Assembléia Legislativa do Estado em permitir que essas providencias sejam adotadas, obrigando-se à desconstituição de atos eventualmente praticados com base no diploma legal que perdeu a sua eficácia desde a edição em razão de seu não acolhimento em decisão soberana do Plenário desta Casa.

VOTO DO RELATOR:

Em face do exposto, manifestamo-nos pela apresentação do presente Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2004

Disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 002 de 29 de julho de 2004.

Art. 1º - Ficam desconstituídos os atos praticados com base na Medida Provisória nº 002 de 29 de julho de 2004, durante a sua vigência.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão Especial, criada através da Resolução Administrativa nº 646 de 05 de agosto de 2004, votam pela aprovação do Decreto Legislativo nº 003/2004, que disciplina as relações jurídicas decorrente da vigência da Medida Provisória nº 002 de 29 de julho de 2004, nos termos do voto do relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM” em 14 de outubro de 2004.

DEPUTADO STÊNIO RESENDE – Presidente, em exercício

DEPUTADO MAURO BEZERRA – Relator

DEPUTADA MAURA JORGE

DEPUTADA CRISTINA ARCHER

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E
REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E
FISCALIZAÇÃO**

PARECER Nº 188 /2004

RELATÓRIO:

Encaminhado pela Mensagem Governamental nº 072, datada de 22 de setembro de 2004, tramita nestas Comissões Técnicas para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 128/2004, de autoria do Poder Executivo, que concede isenção de Imposto de Transmissão *causa mortis* e doação, e dá outras providências.

Na justificativa da proposição o Senhor Governador afirma: “justifica-se a presente proposição pelo interesse social de que se reveste a matéria, haja vista que as famílias beneficiadas com a isenção ora proposta são de baixa renda, não dispondo de condições financeiras para custear o pagamento do mencionado tributo”.

A matéria em exame está legitimada e obedece ao disposto no art. 43, inciso III, da CE (são de iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre: matéria tributária) e está plenamente justificada.

Em face de tais evidências, a proposição se reveste das mais convenientes e justa, devendo merecer acolhida por este Colegiado.

VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto, e estando a matéria sob exame fundamentada no princípio constitucional da reserva de iniciativa, assegurada ao Chefe do Executivo, conforme dispositivo acima citado, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 128/2004.

É voto

PARECER DAS COMISSÕES:

Os membros das Comissões Técnicas, aqui reunidos, nos termos do artigo 43, do Regimento Interno deste Poder, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 128/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”, em 14 de outubro de 2004.

DEPUTADO STÊNIO RESENDE - PRESIDENTE, em exercício

DEPUTADO CARLOS BRAIDE - RELATOR

DEPUTADO PAULO NETO

DEPUTADO SOLINEY SILVA

DEPUTADO RUBEM BRITO

DEPUTADO RUBENS PEREIRA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E
REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO DE POLÍTICA AGRÁRIA, PRODUÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

P A R E C E R N.º 189/2004

RELATÓRIO:

Através da Mensagem n.º 071/2004, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor JOSÉ REINALDO TAVARES, encaminha a esta Casa, Projeto de Lei n.º 123/2004, que institui a Defesa Sanitária Vegetal no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Na justificação da proposição, o Senhor Governador considera que é de extrema importância a manutenção do patrimônio fitossanitário estadual para a preservação da competitividade da agricultura maranhense, elevando a qualidade dos produtos agrícolas no mercado, como também a restrição ou impedimento da disseminação e multiplicação de pragas, que podem comprometer drasticamente a economia estadual, fundamentado no Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, Decreto Federal n.º 24.114, de 12/04/1934 e na Lei n.º 9.712, de 20 de novembro de 1998.

Sob o ângulo da competência, legalidade ou mérito, nada se atrita a matéria com dispositivos constitucionais vigentes (inciso III do art. 43 da Constituição Estadual), são de iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre, organização administrativa.

Em face de tais evidências, a proposição se revela das mais convenientes e justas, devendo merecer acolhida por este Colegiado.

VOTO DO RELATOR:

Assim, como se verifica é inegável a oportunidade e a conveniência da iniciativa, que se conforma perfeitamente aos ditames constitucionais e regimentais, pelo que somos pela sua aprovação.

É o voto

PARECER DAS COMISSÕES:

Em conformidade com o art. 43, do Regimento Interno deste Poder, reúnem-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final e; Política Agrária, Produção e Desenvolvimento Sustentável, para apreciar a matéria.

Os membros das Comissões aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei n.º 123/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO "LÉO FRANKLIM", em 14 de outubro de 2004.

DEPUTADO STÊNIO RESENDE – PRESIDENTE, em exercício

DEPUTADO CARLOS BRAIDE - RELATOR

DEPUTADO MAURO BEZERRA

DEPUTADO PAULO NETO

DEPUTADO RUBEM BRITO

DEPUTADA JANICE BRAIDE

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 646/2004, REALIZADA AOS 14 DIAS DO MÊS OUTUBRO DO ANO DE 2004 ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

STÊNIO RESENDE - PRESIDENTE

MAURO BEZERRA

MAURA JORGE

CRISTINA ARCHER

CONSTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA:

PARECER N.º 001/2004 – finalizado na forma de Projeto de Decreto Legislativo, que disciplina as relações jurídicas decorrentes, da Medida Provisória n.º 02, de 29 de julho de 2004, na forma do que estabelece o art. 10 da Resolução Legislativa n.º 450/2004.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATOR: Deputado MAURO BEZERRA

PARECER: Favorável

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO LÉO FRANKLIM", em 18 de outubro de 2004.

MARIA DAS DORES PINTO MAGALHAES

Secretária da Comissão

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano

Rua de Nazaré e Odylo - 377 Centro

Ed. Solar São Luis 1º andar

65.010-410 São Luís MA

Ofício n.º 11 70/2003/ENI/GI DUR/SL

São Luís, 03 de Janeiro de 2001

À

Assembléia Legislativa do Estado Maranhão

Endereço: Rua do Egito, 144 - Centro

CEP: 65.010-908

Assunto: Liberação de Recursos Senhores Deputados

Para conhecimento e providências cabíveis, notificamos liberação de recursos financeiros em 03/01/2001, no valor de R\$ 177.869,18 (cento e setenta e sete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos), depositados na conta vinculada ao contrato, sob bloqueio, que serão sacados conforme a evolução das obras/serviços, destinados à Bacabeira, referente à parcela n.º 01 do Contrato n.º 72.551-32, assinado em 29/12/1998 Programa: PASS, Modalidade: Abastecimento de Água.

1.1 Por oportuno, solicitamos a esse Legislativo Estadual o envio da presente comunicação à Bacabeira, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresarias com sede neste Estado, da respectiva liberação, no prazo máximo de dois dias úteis, contado da data de recebimento desses recursos, em conformidade com o disposto na Lei 9.452, de 20 MAR, 97.

Atenciosamente

FLÁVIA ALEXANDRINA COELHO ALMEIDA MOREIRA
Gerente de Filial
Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano-São Luís

JOSÉ CARLOS NUNES JÚNIOR
Superintendente de Negócios
Escritório de Negócios Institucional-São Luís

CEMAR

São Luís, 27 de setembro de 2004

C.E.PRE 068/2004

Ao Senhor
Deputado Joaquim Haickel
Primeiro Secretário
Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
NESTA

Senhor Deputado,

Acusamos recebimento de sua solicitação, através do Ofício nº 681/2004 que trata de substituição da rede elétrica da Quadra São José do município de Zé Doca-MA, cujo assunto está sob análise no setor competente desta empresa.

Informamos que, na maior brevidade possível, encaminharemos resposta.

Atenciosamente

Octavio Côrtes Pereira Lopes
Presidente

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CAFO — Centro de Apoio Operacional da Fiscalização
Orçamentária

Ofício no 253

Teresina, 17 de setembro de 2004

Sr. Presidente:

Ao tempo em que o cumprimento, venho respeitosamente à sua presença, requerer o envio a este órgão do Ministério Público do Estado do Piauí, da Lei Estadual que dispõe sobre a instituição, gerência, administração e responsabilidade do fundo de previdência social e plano de custeio do regime próprio de previdência social dos servidores públicos, ativos, inativos, pensionistas, dos três poderes, do Ministério Público e Tribunal de Contas.

Sem mais, despeço-me com votos da mais alta estima e distinta consideração, colocando-me à inteira disposição de V. Exa., no Estado do Piauí.

Ruszel Lima Verde Cavalcante
Promotor de Justiça

ASSEMBLÉIA LEG. DO ESTADO DO MARANHÃO
DER TATA MILHOMEM (PFL)
Presidente da ALEMA
Rua do Egito, 144- Centro
CEP: 65010-908 - SAO LUIS-MA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
COMBATE A FOME
COORDENAÇÃO GERAL DO FUNDO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO/MDSCF/CGFNAS/Nº 151

Brasília, 14 de setembro de 2004.

Senhor(a) Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/MA, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais, de Ação Continuada e Abrigo/2004, conforme discriminado abaixo:

Programa	junho	julho	OB	
			Nº	Data
API	822,08	822,08	0643/902624	06-08/01-09/04
Total	822,08	822,08		

API – Apoio a Pessoa Idosa

Atenciosamente

MARCOS CHAGAS GOMES
Coordenador Geral da CGFNAS

À Sua Excelência o (a) Senhor (a)
Dep. CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
Rua do Egito, nº 144 - Centro
São Luiz/MA
CEP: 65.01 0-908

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
COMBATE A FOME
COORDENAÇÃO GERAL DO FUNDO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO/MDSCF/CGFNAS/Nº 155

Brasília, 20 de setembro de 2004.

Senhor(a) Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/MA, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais, de Ação Continuada e Abrigo/2004, conforme discriminado abaixo:

Programa	agosto	OB	
		Nº	Data
API	822,08	902732	15/09/2004
Total	822,08		

API – Apoio a Pessoa Idosa

Atenciosamente

MARCOS CHAGAS GOMES
Coordenador Geral da CGFNAS

À Sua Excelência o (a) Senhor (a)
Dep. CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
Rua do Egito, nº 144 - Centro
São Luiz/MA
CEP: 65.01 0-908

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO**

**PRESIDÊNCIA
COMUNICADO N. AL000922/2004**

Brasília, 24 de setembro de 2004.

ILM. Senhor (a),

Presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL						
Programa				Ordem Bancaria		
FNDC - FINEC CRECHE				Data Emissão	Valor em R\$	
				23/09/2004	229,50	
Rede	Creche		Pré-Escolar		Fundamental	
	Qtz Alunos	Valor	Qtz Alunos	Valor	Qtz Alunos	Valor
ESTADUAL	51	229,50	0	0,00	0	0,00
Nº Dias Atendimento 25						

Atenciosamente,

José Henrique Paim Fernandes
Presidente do FNDE

COMUNICADO N. AL000921/2004

Brasília, 24 de setembro de 2004.

ILM. Senhor (a),

Presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL						
Programa				Ordem Bancaria		
FNDC - FINEC				Data Emissão	Valor em R\$	
				23/09/2004	1.032.984,00	
Rede	Creche		Pré-Escolar		Fundamental	
	Qtz Alunos	Valor	Qtz Alunos	Valor	Qtz Alunos	Valor
ESTADUAL	0	0,00	10786	32.358,00	333542	1.000.626,00
Nº Dias Atendimento 29						

Atenciosamente,

José Henrique Paim Fernandes
Presidente do FNDE

COMUNICADO N. AL000923/2004

Brasília, 24 de setembro de 2004.

ILM. Senhor (a),

Presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL						
Programa				Ordem Bancaria		
FNDC - FINEC ESCOLAS				Data Emissão	Valor em R\$	
				23/09/2004	96.717,00	
Rede	Creche		Pré-Escolar		Fundamental	
	Qtz Alunos	Valor	Qtz Alunos	Valor	Qtz Alunos	Valor
ESTADUAL	0	0,00	844	7.174,00	9358	79.543,00
Nº Dias Atendimento 25						

Atenciosamente,

José Henrique Paim Fernandes
Presidente do FNDE



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MÉDICOS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clinica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clinica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 às 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clinica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibraim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quinta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaías Amaral	Clinica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas

DENTISTAS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Enedina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas

DICAS DE SAÚDE HIPERTENSÃO ARTERIAL

Saúde & prevenção

A Hipertensão Arterial (ou "pressão alta", como é mais conhecida) é a elevação da pressão arterial. Considera-se que uma pessoa é hipertensa quando sua pressão atinge valores acima 140/90 mmHg. Quando isso ocorre, vários órgãos do corpo humano podem sofrer problemas (como o cérebro, olhos, rins ou o coração).

A hipertensão arterial pode ser controlada com ou sem remédios. O importante é realizar medições periódicas e contar com o acompanhamento médico constante, pois a hipertensão é um mal silencioso.

Um mal silencioso e de tratamento simples

Na maioria dos casos de hipertensão arterial não há qualquer sintoma nem tampouco se conhece a sua causa.

O tratamento consiste no controle da pressão arterial (que é a tensão que ocorre nas artérias quando o sangue é bombeado por suas paredes) - cuidado que deve ser tomado por toda a vida. O exame, muito simples, é feito através do esfigmomanômetro (aparelho de medir pressão).

O controle é fundamental

O fato de um hipertenso ter sua pressão arterial controlada não quer dizer que deva deixar o seu tratamento de lado. Na maioria dos casos não há cura, mas pode haver controle com ou sem remédios. A exceção é quando há casos de hipertensão secundária, pois pode-se identificar a causa.

Se você é hipertenso...

É importante acompanhar a sua pressão arterial em conjunto com o seu médico.

Evite a ingestão de sal e de gorduras nas refeições;

Tome os remédios receitados pelo seu médico regularmente, jamais deixando de fazê-lo quando sentir-se bem, sem comunicar-se antes com ele;

Deixe de fumar, consuma bebidas alcoólicas com moderação, tenha cuidados com o seu peso e pratique exercícios sempre (sem se esforçar muito; o importante é se mexer);

Aprenda a medir a sua pressão arterial. Existem aparelhos simples e acessíveis para este fim;

Procure ter uma vida tranqüila: esse é o seu passaporte para uma vida sem estresse.

Existe um sistema de monitoração da pressão arterial bem mais eficiente - denominado MAPA

- em que o paciente é monitorado por 24 horas, durante várias atividades do seu dia,

considerando vários estados emocionais. Este sistema, porém, é indicado pelo médico em casos especiais.